

**Alinhamentos eleitorais em Municípios Rurais: lulismo e bolsonarismo em Itapejara
D'Oeste/PR**

***Electoral alignments in Rural Municipalities: Lulismo e Bolsonaro in Itapejara
D'Oeste/PR***

André Luiz Simonetti

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, Rio de Janeiro (RJ), Brasil

Miguel Angelo Perondi

Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, Paraná (PR), Brasil

Almir Antônio Gnoatto

Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Dois Vizinhos, Paraná (PR), Brasil

GT 13 – Estudos Interdisciplinares no Rural

Resumo: O objetivo deste trabalho foi identificar como os realinhamentos eleitorais nacionais se expressam nas preferências eleitorais de moradores de pequenos municípios interioranos que têm sua economia e modos de vida ligados à atividade rural. Para isso, utilizamos os resultados eleitorais do pequeno município de Itapejara D'Oeste, no Sudoeste do Paraná, nas eleições realizadas entre 1989 e 2024, os dados de profissão e cidade de origem dos candidatos disponibilizados pelos sites da ALEP, Câmara Federal e Justiça Eleitoral e observação participante de dois autores, que possuem amplo conhecimento da dinâmica local. Percebeu-se que tanto o lulismo quanto o bolsonarismo não tiveram expressão local nas eleições para a presidência da república, com os resultados seguindo um padrão parecido em todas as eleições, mas tiveram grande influência nos resultados eleitorais para outros cargos. O lulismo teve sua expressão baseada na reorganização dos movimentos sociais locais, que consolidaram o Partido dos Trabalhadores no município e conseguiram expandir a votação nos candidatos da região, ligados a agricultura familiar. Já o advento do bolsonarismo conseguiu reverter, em parte, esta lógica, tomando o lugar de partidos tradicionais, posicionados mais ao centro, tornando a disputa para cargos proporcionais mais nacionalizada, com mais partidos e candidatos que não possuem ligação com a região conseguindo boas votações no município. Diante disso, percebe-se que, enquanto o alinhamento ocasionado pelo lulismo se consolidou por meio do acesso a políticas públicas de ampliação de renda e de qualidade de vida, o realinhamento ocasionado pelo bolsonarismo se ancorou em questões ideológicas e morais. Por fim, afirma-se que a crescente polarização política do país fez com que a disputa eleitoral local fosse mais influenciada pelo contexto nacional.

Palavras-chave: comportamento eleitoral, agricultura familiar, políticas públicas.

Abstract: This study aims to identify how national electoral realignments are reflected in the electoral preferences of residents in small rural municipalities whose economies and ways of life are closely linked to agricultural activity. To this end, we analyze electoral results from the small municipality of Itapejara D'Oeste, located in the Southwest of Paraná, in elections held between 1989 and 2024. We also draw on data regarding candidates' professions and places of origin, available from the websites of the Legislative Assembly of Paraná (ALEP), the Brazilian Chamber of Deputies, and the Electoral Justice, as well as participant observation conducted by two of the authors, who possess extensive knowledge of local dynamics. The findings indicate that neither Lulismo nor Bolsonaro significantly shaped local voting patterns in presidential elections, which followed a relatively stable pattern across the period analyzed. However, both phenomena exerted considerable influence on electoral outcomes for other political offices. Lulismo manifested locally through the reorganization of social movements, which strengthened the Workers' Party (PT) within the municipality and contributed to the expansion of votes for regional candidates associated with family farming. In contrast, the rise of Bolsonaro partially reversed this dynamic by displacing traditionally centrist parties, thereby nationalizing electoral competition for proportional offices. This shift enabled a greater number of parties and candidates without strong local ties to achieve substantial electoral support within the municipality. Overall, the study suggests that while the alignment associated with Lulismo was consolidated through access to public policies aimed at increasing income and improving quality of life, the realignment linked to Bolsonaro was grounded primarily in ideological and moral issues. Finally, it is argued that the country's increasing political polarization has led local electoral contests to become more strongly influenced by the national political context.

Keywords: electoral behavior, family farming, public policy.

1. Introdução

No mês de julho de 2025, foi realizado trabalho de campo em uma comunidade rural do município de Itapejara d'Oeste, localizado no Sudoeste paranaense, para uma pesquisa em painel que visa capturar a trajetória socioeconômica e produtiva de famílias agricultoras. Em uma mesma tarde, entrevistamos duas famílias, com peculiaridades que nos chamaram atenção. A primeira delas, em que fomos recebidos por três mulheres idosas, ostentava, na entrada da casa, símbolos que deixavam claro seu posicionamento político: uma grande bandeira do Brasil ao lado do portão de entrada e, na parede ao fundo, um adesivo com a bandeira de Israel e outro adesivo com o rosto do ex-presidente Jair Bolsonaro, símbolos ligados intimamente ao posicionamento político de direita na região.

Na segunda família, na mesma comunidade, fomos recebidos por um homem, também idoso. Nesta, os símbolos políticos não são evidentes, mas, no diálogo, ele demonstrou satisfação com os governos petistas, sobretudo por ter tido condição de construir duas casas na propriedade para os filhos, e ter toda a família por perto, e estar há um bom tempo inserido no mercado institucional, vendendo produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Para além das diferentes conformações familiares e estratégias de obtenção de renda, nos chamou a atenção como famílias que vivem tão próximas possuem diferentes opiniões acerca da atuação do Estado. E, para além disso, a forma como o posicionamento político é colocado no contexto das conversas, que tratavam dos aspectos socioprodutivos das famílias, já que em nenhum momento a entrevista tocava no aspecto da política partidária. Este contexto nos instigou a perguntas como: quais fatores influenciam na construção de posicionamentos tão diversos em famílias inseridas em contextos tão parecidos? De que forma essas famílias interagem com o Estado e com as políticas públicas? O posicionamento quanto à política partidária a nível nacional se apresenta da mesma forma no nível estadual e no nível local?...

A característica percebida nesta pesquisa não é um fenômeno isolado, que esteja fora do contexto nacional, que tem passado por constante intensificação na polarização política. Nobre (2022) aponta que movimentos denominados “novas direitas” começaram a se movimentar com a vitória petista na eleição de 2002 e se cristalizaram com as manifestações de 2013. Para o autor, após a eleição de 2014, quando Dilma Rousseff conquista a reeleição com pequena margem de diferença, esses movimentos convergem na figura política de Jair Bolsonaro, juntamente com grupos denominados pelo autor como “novas direitas”, que são setores das forças armadas e de forças de segurança e o eleitorado evangélico, sobretudo neopentecostal. Na eleição de 2018, o caldo engrossa ainda mais com a adesão a esta candidatura de setores

importantes do agronegócio. O autor afirma que, com esta adesão ao grupo que já congregava três forças conservadoras, tem origem o que se conhece por “Bolsonarismo”.

Antes disso, Singer (2012; 2018) aponta para o fenômeno do “lulismo”, que se cristalizou durante a eleição de 2006, quando teria ocorrido um realinhamento eleitoral, pelo qual a classe média se afastou do presidente Lula e os mais pobres se ligaram a ele, invertendo o padrão de comportamento eleitoral que perdurou da redemocratização do país, quando a classe média tendia a votar no petismo – por confiar nas mudanças estruturais propostas pelo partido – e os mais pobres votavam no candidato mais à direita – amedrontados pela possível instabilidade que pudesse ser provocada por um governo petista.

Neste contexto, acredita-se que as nuances entre as cenas citadas acima estejam em consonância com o cenário nacional de mudança e polarização política. Entretanto, aponta-se que, assim como Nobre (2022) e Singer (2012; 2018), a maior parte dos trabalhos que analisam este fenômeno se dá em grandes metrópoles urbanas, focados no comportamento eleitoral deste tipo de população, deixando de lado o olhar para a população interiorana, contribuição proposta por este trabalho, que olha para dados de eleições presidenciais, considerando as relações pessoais e políticas construídas localmente, em pequenos municípios, o que tem influência no contexto nacional.

Olhando para municípios pequenos e interioranos, argumentamos que, nos termos de Heredia e Palmeira (2006), muitas vezes o resultado das eleições deriva das relações criadas localmente fora do “tempo da política”. Isto é, baseado nas relações quotidianas e na forma como as decisões de determinados governos são transmitidas e influenciam a vida das pessoas. Neste sentido, conforme destacado pelos autores, é importante considerar a articulação local de diferentes grupos políticos e o significado que a adesão de uma família/indivíduo a determinado grupo, partido ou político possui no âmbito local. Por isso, o objetivo deste trabalho é identificar como os realinhamentos eleitorais nacionais se expressam nas preferências eleitorais de moradores de pequenos municípios interioranos que têm sua economia e modos de vida ligados à atividade rural.

Diante disso, considerando a produção acadêmica acerca do tema do comportamento eleitoral que embasa este trabalho, analisamos como os realinhamentos eleitorais nacionais se expressam no município, buscando traçar hipóteses que expliquem o comportamento eleitoral no município pelas votações de primeiro turno para Presidência da República, Governo do Estado e Senado Federal. Os dados de votações para a Câmara Federal, Assembleia Legislativa e Executivo e Legislativo Municipal são utilizados apenas para evidenciar questões pertinentes, tanto no que diz respeito ao período eleitoral, como nas articulações políticas locais.

Para tanto, além da introdução e considerações finais, este artigo está dividido em três seções. Na primeira, apresentamos o percurso metodológico para a obtenção e análise dos dados, bem como uma breve caracterização da conformação do município de Itapejara D'Oeste. Em seguida, situamos o debate teórico acerca do comportamento eleitoral brasileiro e os principais conceitos mobilizados neste trabalho. Por fim, apresentamos os dados eleitorais do município estudado e discutimos possíveis explicações para o comportamento eleitoral observado.

2. Percurso metodológico

A primeira parte deste trabalho consistiu no acesso à base de dados disponível no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), de onde foram baixadas todas as planilhas referentes à votação no estado do Paraná disponíveis no site: para eleições gerais nos municípios paranaenses são disponibilizados os dados desde a eleição de 1994 e, para as eleições municipais, desde 2000. Para as eleições presidenciais de 1989 e 1994, cujos resultados não são disponibilizados pelo TSE, realizamos a consulta no site “Geografia do Voto”. Esses dados foram organizados, selecionando apenas aqueles referentes ao município de Itapejara D'Oeste. Em seguida, foi organizado em uma tabela para cada eleição, indicando os candidatos para cada cargo, partido, número e percentual de votos e as coligações feitas no âmbito estadual.

Para a Câmara Federal e Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), foram tabulados o número de votos de cada partido e os cinco candidatos mais votados no município para cada um dos cargos. Também utilizamos as bases de dados da Justiça Eleitoral e os registros da Câmara Federal e da ALEP para descrever a profissão e cidade à qual estes candidatos nas eleições proporcionais estavam vinculados, com atuação política ou profissional local. As mesmas tabelas foram construídas para as eleições municipais, com o objetivo de visualizar nos resultados locais possíveis articulações políticas.

Finalmente, todos estes dados levantados foram analisados pelos autores, tendo em conta a sua experiência com o trabalho no município. Um dos autores lidera uma pesquisa em painel, já citada na introdução, que realizou uma amostragem das famílias agricultoras no município e realizou entrevista semiestruturada com elas no ano de 2005, repetindo a mesma entrevista, com as mesmas famílias, em 2010, 2015 e 2025. Por meio destes dados, a pesquisa busca analisar dados socioeconômicos e produtivos destas famílias, permitindo traçar um histórico das mudanças socioprodutivas ocorridas no âmbito da agricultura familiar do município. Os outros dois autores também participaram de algumas partes desta mesma pesquisa. Além disso, o terceiro autor é residente no município e possui envolvimento na

política partidária local, tendo sido candidato em duas oportunidades; por isso, possui amplo conhecimento das relações políticas construídas localmente ao longo do tempo, adicionando a este trabalho um olhar de sua observação participante nos processos políticos locais.

Destacamos que o município estudado é um município predominantemente rural, embora, atualmente, a maioria da sua população viva no meio urbano. Conforme a tabela 1, abaixo, no ano de 1970, primeiro censo realizado após a emancipação do município (que ocorreu em 1964), 78,7% da população vivia no meio rural e apenas 20,3% no meio urbano. Com o passar do tempo, essa proporção foi mudando, sendo que na década de 1990 foi quando houve a virada, e a maioria da população passou a residir no meio urbano. Atualmente, 73,8% da população vive na cidade e apenas 26,1% vivem no rural, população predominantemente categorizada como agricultura familiar, da qual fazem parte 81,1% dos estabelecimentos, ocupando 71,7% da população rural (IBGE/SIDRA, 2022).

Tabela 1. Distribuição da população no município de Itapejara D'Oeste

População					
Ano	Total	Rural		Urbana	
		Pessoas	%	Pessoas	%
1970	10075	7929	78,7%	2146	20,3%
1880	10110	7046	69,7%	3064	30,3%
1991	9045	5136	56,7%	3909	43,3%
2000	9162	4201	45,8%	4961	54,2%
2010	10531	3544	33,6%	6987	66,4%
2022	12344	3227	26,1%	9117	73,8%

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de IBGE (2022)

Embora a maior parte da população esteja vivendo no meio urbano, consideramos que o município é rural, primeiramente, por se tratar de um município pequeno e interiorano. Além disso, sua dinâmica econômica está muito ligada a agricultura, sendo esta a maior força econômica, seja pela produção agrícola ou pelas grandes agroindústrias de laticínios e de abate de frango e suínos, que processam produtos oriundos da agricultura de toda a região e são as maiores geradoras de emprego para a população urbana. Ademais, toda a população ainda possui ligação com o campo, tendo algum familiar ou amigo que vive na zona rural ou tendo proximidade com feirantes e produtores que trabalham com cadeias curtas de comercialização, implicando em um contato íntimo com famílias agricultoras.

Evidenciadas as motivações e o percurso metodológico seguido para a realização desta pesquisa, apresentamos, a seguir, os principais pressupostos teóricos que guiaram a pesquisa.

3. Notas acerca de comportamento eleitoral no Brasil

Segundo Antunes (2008), são três as principais abordagens no campo do comportamento eleitoral. Para o autor, a teoria da escolha racional acredita que a decisão do voto é tomada por um cálculo estritamente racional do eleitor – basicamente focado nos critérios econômicos; por sua vez, a abordagem sociológica acredita que características sociais determinam as preferências políticas, sendo centrais a situação socioeconômica, religião e a área de residência na escolha eleitoral dos indivíduos; já a abordagem psicossocial coloca ênfase na relação entre fatores econômicos recentes e o contexto social e cultural que os sujeitos vivenciaram historicamente, sendo mediada e moderada pela ligação psicológica estabelecida entre os eleitores e os partidos políticos, definida como identificação partidária.

O conceito de “identificação partidária” se assemelha ao que Heredia e Palmeira (2006) definem por “voto como adesão”, ou seja, de acordo com vários fatores socioeconômicos percebidos no seu dia a dia, o eleitor toma a decisão do voto, enfatizando que o voto não existe num vazio cultural ou social. Essa decisão é vista como uma adesão, pois, ao votar em um candidato, o eleitor está aderindo a um projeto político, cujo candidato que o defende faz parte de um grupo maior. Assim, por meio do voto, o eleitor também está aderindo a um projeto de sociedade e, em pequenas municipalidades – como a que este trabalho se propõe a estudar – esconder a preferência partidária é praticamente impossível, uma vez que as pessoas tendem a se conhecer de forma muito próxima. Além disso, em um contexto de polarização, deixar clara a preferência eleitoral demonstra certo compromisso com um ideal social.

Antunes (2008) destaca que, no modelo da escolha racional, há uma excessiva racionalização de todo o processo eleitoral e, na abordagem sociológica, encontra-se dificuldade de explicar quando um sujeito vota de forma diferente do que seria esperado de seu grupo social. Assim, destaca-se a importância de considerar o agrupamento partidário de acordo com as pautas que eles defendem e os grupos locais que estão ligados a eles. Desta forma, este trabalho segue as bases fornecidas pela abordagem psicossocial do comportamento eleitoral, buscando entender a influência de um amplo conjunto de fatores, que vão além da situação econômica ou da classe social no momento da decisão do voto.

Para tratar de realinhamentos eleitorais, uma das bases que seguimos é aquela proposta por Singer (2012). Para o autor, na primeira eleição direta para presidência da república ocorrida após o fim da ditadura empresarial-militar, realizada em 1989, houve uma polarização eleitoral em função da renda do eleitorado, em que a classe média se ligou à candidatura de Lula e os mais pobres se ligaram à Fernando Collor de Melo. Em que pese a análise do que significa ser classe média ou pobre no interior do país – a análise de Singer (2012) se baseia na cidade de

São Paulo, que é um ambiente totalmente urbanizado – esse alinhamento nos interessa nesse contexto, pois o autor afirma que quem se ligou a Collor foram os eleitores que, apesar de reivindicarem mudanças substanciais na sociedade, teriam aversão a grandes rupturas, pois a falta de estabilidade os afeta muito mais do que à classe média. Já a classe média, que se ligou a Lula, segundo o autor, era composta por uma espécie de elite intelectual, representada por acadêmicos e operários que aderiam assiduamente aos sindicatos, e acreditavam que as mudanças radicais eram importantes para a mudança da sociedade e melhoria nas condições de vida.

Para Singer (2012), esse alinhamento perdurou até a eleição de 2006, quando, após ser eleito em 2003, Lula aderiu a um mandato sem rupturas, por meio de uma condução política no Brasil, que contou com a mudança da conjuntura econômica internacional, que permitiu a adoção de política de redução da pobreza, com ativação do mercado interno e sem confronto com o capital. Segundo o autor, a melhoria na condição de vida dos mais pobres, aliada à estabilidade econômica e institucional assegurada pelo governo fez com que a população mais pobre se colasse à imagem de Lula; mas os escândalos de corrupção e a elevação no custo de manutenção de trabalhos considerados essenciais pela classe média¹ fizeram com que esta passasse a aderir ao campo antipetista, que em 2006 era representado pelo PSDB. Estava dado um novo realinhamento eleitoral.

Merece centralidade, aqui, o conceito do “Lulismo”. Para Singer (2012), o maior feito do Lulismo foi dinamizar o mercado interno, incrementando o consumo dos mais pobres. Para o autor, até o início dos anos 2000, a dinâmica da economia brasileira era centrada na incorporação dos níveis de consumo da classe média e alocação da população empobrecida no setor de serviços, em empregos informais que atendiam a esta classe média.

Em que pese a metodologia de Singer, que formulou sua teoria com base no estudo da sociedade paulista, um estudo extremamente urbanizado, pode-se explorar este conceito também no âmbito da agricultura. Grisa e Schneider (2014) definem os mandatos petistas como a terceira geração de políticas públicas para a agricultura familiar, na qual foi posto em prática um referencial de políticas voltadas para a segurança alimentar e nutricional. Para os autores, essas políticas colocaram a categoria em evidência, tendo centralidade em diversas políticas, que geraram renda e melhoraram a qualidade de vida no campo. Diante disso, entende-se que

¹ Em resumo, segundo Singer (2012), com a política de pleno emprego e a implementação de políticas de redistribuição de renda para a população mais pobre, trabalhos como faxina, lavagem de carro e outros serviços acessados pela classe média se tornaram mais caros, elevando o custo de vida desta população.

houve incremento na renda e nos níveis de consumo da população do campo, um feito do lulismo, neste aspecto.

Dentro deste escopo, podemos citar a criação do PRONAF Mais Alimentos (que permitiu a compra de máquinas dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), a criação do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), que possibilitou a reforma e construção de casas novas no meio rural, e a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a reestruturação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que propiciaram criação de mercados e maximização da renda para a agricultura familiar (Grisa e Schneider, 2014). Tais políticas foram amplamente acessadas pela agricultura familiar do município estudado.

Ainda acerca dos movimentos eleitorais contemporâneos no Brasil, Nobre (2022) aponta a ascensão do “bolsonarismo”, outro fenômeno importante para este trabalho, ocorrido durante a eleição de 2018, quando a figura de Jair Bolsonaro se consolida como resultado e explicação do que começou a acontecer em 2013 com as manifestações de rua que, embora tenham iniciado com ligação a um ciclo de revoltas democráticas internacionais, foram apropriadas por uma “direita troglodita” que se utilizou deste movimento, levando ao impeachment de Dilma Rousseff, à prisão de Lula e à ascensão de um defensor da ditadura militar-empresarial à presidência da república no país. Para Pinheiro Machado (2025), este processo fez com que Jair Bolsonaro assumisse a figura de um líder “pulso firme”, em um momento no qual, para se ver livres das amarras do sistema e ter mais liberdade, as pessoas desejam um líder com estas características.

Ainda neste contexto, Nobre (2022) afirma que o bolsonarismo se consolidou pouco tempo antes da eleição de 2018, quando o agronegócio aderiu à liderança de Jair Bolsonaro, ampliando a base de um grupo do qual já faziam parte as chamadas “novas direitas”, grupos extremamente bem organizados digitalmente, setores conservadores das forças armadas e da segurança pública, e setores religiosos conservadores, sobretudo evangélicos neopentecostais. Assim, com a adesão do agronegócio, podemos afirmar que o bolsonarismo congregou força no interior do país, inclusive no município estudado, mudando as relações de poder e reorganizando as forças políticas, tanto a nível nacional quanto no local.

Neste contexto, a próxima seção se dedica a analisar os dados eleitorais recentes de Itapejara D'Oeste, à luz da teoria aqui exposta, das mudanças ocorridas na agricultura local e da experiência de uma pessoa ligada à política local.

4. As preferências eleitorais em Itapejara D'Oeste

Para análise do comportamento eleitoral do município estudado, o período analisado será segmentado em três momentos, de acordo com a literatura exposta na seção anterior: o primeiro analisando os dados eleitorais no município em 1989, 1994², 1998 e 2002; o segundo, analisando os dados após o realinhamento eleitoral proposto por Singer (2012), nas eleições de 2006, 2010 e 2014; e, o terceiro, analisando os dados eleitorais de 2018 e 2022, após a ascensão do bolsonarismo, conforme proposto por Nobre (2022).

4.1 Alinhamento eleitoral em Itapejara D'Oeste na redemocratização

Este trabalho parte da eleição presidencial de 1989, a primeira eleição presidencial direta realizada após a emancipação do município estudado. Conforme citado acima, na época, o município ainda era predominantemente rural, com 56,7% da população vivendo no campo. Para a eleição, a de 1989, só dispomos dos dados para o cargo de Presidente da República, quando, no município, o gaúcho Leonel Brizolla (PDT) alcançou 48,49% dos votos, Fernando Collor (PRN) 16,40%, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) 8,86% e Mario Covas (PSDB) 8,36%, além de outros candidatos com votações menores.

No segundo turno, O petista alcançou 58,33% dos votos, enquanto o eleito, Fernando Collor, alcançou 41,67%. Nos termos de Singer (2012), esses dados demonstram que o eleitorado de Itapejara D'Oeste estava mais alinhado à esquerda. Isso pode ser explicado pela proximidade com o estado do Rio Grande do Sul, que havia sido governado por Leonel Brizola nos anos 1960, de onde vieram a maioria dos colonizadores do município. No segundo turno, como Brizola apoiou o candidato petista, pode ter havido uma transferência de votos para Lula. Destaca-se ainda, que embora a maior parte dos agricultores locais tivesse o título das suas pequenas propriedades e fosse sindicalizada, nem de longe se assemelhava à classe média paulista, nos termos da pesquisa de Singer (2012; 2017).

Na eleição seguinte, em 1994, novamente quatro candidatos recebem um número relevante de votos: Fernando Henrique Cardoso (FHC/PSDB) alcança 39,29% dos votos, Lula (PT) 26,15%, Brizolla (PDT) 15,26% e o catarinense Esperidião Amim (PP) alcança 10,13%. Esta eleição foi vencida por FHC ainda no primeiro turno. Na eleição estadual, houve a formação de três coligações principais, que rivalizavam como principais adversários: de um lado, PDT, PTB e PSDB; de outro, PP e PMDB; e, como terceira via, estavam PT e PSB. No município de Itapejara D'Oeste, Álvaro Dias (PP) foi o mais votado para o governo, com

² Não utilizamos dados referentes à eleição de 1989 no município, pois não estão disponíveis no site do TSE.

63,25% dos votos, e Roberto Requião (PMDB) para o senado, com 43,95% dos votos. Enquanto o segundo lugar para governo ficou com Jaime Lerner (PDT), com 31,44%, dos votos e, para o senado, Osmar Dias (PP) com 34,16%. Na oportunidade, Lerner foi eleito para o governo estadual e Requião e Dias para o Senado. Os candidatos petistas não foram eleitos e, no município, não chegaram a 4% dos votos.

Esses dados evidenciam como, nestas duas eleições, a identificação partidária não estava sendo acessada pelo eleitorado local, com os votos variando muito entre os partidos, para os diferentes cargos. Se somarmos os votos de FHC e Amim, os dois candidatos mais à direita, e de Lula e Brizola, mais à esquerda, temos praticamente um empate, evidenciando que a esquerda encolheu, em relação ao ano anterior, mas manteve-se em um patamar de votos importante. Para o governo estadual, a votação do candidato à direita (Álvaro Dias/PP) foi muito superior à dos candidatos à esquerda, tendo sido dominada pelo PMDB e PP também no Senado.

Pode-se destacar que o PMDB ainda congregava muita força no campo de esquerda neste período, pois o país tinha recém-saído da ditadura militar, realizando sua segunda eleição presidencial, logo após o *impeachment* de Fernando Collor. Outro ponto a ser destacado é que, enquanto para o cargo de deputado federal os candidatos mais votados não eram ligados à agricultura e apenas um era ligado à região Sudoeste do Paraná, para deputado estadual figuravam entre os mais votados um agrônomo, residente no município, e um veterinário, também da região. Outros dois candidatos, embora empresários, também eram da região, demonstrando uma tendência da população a votar, para a ALEP, em candidatos com atuação mais próxima.

Na eleição de 1998, também protagonizada nacionalmente pela disputa entre FHC (PSDB) e Lula (PT) – tendo como vice Leonel Brizola (PDT) – no Paraná as principais forças políticas se organizaram em três grupos principais. Pode-se afirmar que havia um bloco de centro-esquerda, formado por PDT, PT e PMDB; um de direita, formado por PP e PFL e outros partidos pequenos; e, na centro-direita, PSDB se aliou apenas ao nanico PSDC. Nesta eleição, podemos afirmar que se somaram os votos alcançados por Lula e Brizola em 1994, com o candidato petista sendo o mais votado, com 45,05% dos votos. FHC (PSDB) ficou em segundo com 38,63% e Ciro Gomes (PPS) em terceiro, com 11,26%. Para a eleição de governador, o bloco de centro-esquerda se saiu melhor, com Requião (PMDB) atingindo 55,46% dos votos. A direita, com Jaime Lerner (PFL), que saiu reeleito, alcançou 42,06% dos votos, sendo que o PSDB não lançou candidato para este cargo. Para o Senado, Álvaro Dias (PSDB) conquistou 68,91% dos votos, sendo reeleito para o cargo, e o candidato petista Nelson Micheletti, 24,83%.

Para o Senado, a composição do PFL e PP não lançou candidato competitivo. Destaca-se que o fato de uma chapa não ter lançado candidato para o Senado, e outra não ter lançado para o governo estadual demonstra que os blocos mais à direita se apoiaram, mesmo sem aliança formal.

Assim como na votação para o Senado, para a Câmara Federal, a votação do bloco de esquerda foi mais tímida, com o bloco de direita dominando a votação, sendo o candidato mais votado o agropecuarista Nelson Meurer (PP), liderança do sindicato rural patronal da região, que alcançou 48% dos votos para o cargo no município. Para a ALEP, se repetiu o mesmo padrão, com o engenheiro agrônomo, residente no município, Augustinho Zucchi (PP), alcançando 65% dos votos para o cargo. Naquela eleição, a candidata petista à ALEP, Luciana Rafagnin, foi a quinta mais votada para o cargo no município, com discretos 91 votos (1,8%). Apesar de ser uma votação inexpressiva, é importante apontar o fato, uma vez que ela, na época, era uma importante liderança sindical da região Sudoeste do Paraná que não teve sucesso na eleição, mas ganharia grande importância nos pleitos seguintes.

Destaca-se que, na eleição municipal de 1996, foi a primeira vez que o PT estava organizado no município, lançando uma chapa de candidatos para a eleição de vereador. Embora o partido não tenha alcançado votos suficientes para garantir uma cadeira, começou a consolidar o partido no município. Assim, dois anos depois, na eleição de 1998, podemos afirmar que foi quando o PT começou a ganhar força no município para além do cargo da presidência, e passou a ocupar um espaço que antes era do PDT. Também foi a eleição em que os movimentos sociais do campo da região Sudoeste do Paraná se inseriram na política partidária, lançando candidatura, tendo como representante Luciana Rafagnin (PT).

Vale a pena destacar que, em 1996, foi criado o Programa Nacional de Valorização da Agricultura Familiar (PRONAF), a primeira política pública voltada especificamente para este público, sob forte reivindicação dos movimentos sociais do campo (Grisa e Schneider, 2014). Também foi nos anos 1990 que os movimentos sociais da região passaram a atuar de forma mais propositiva, principalmente na segunda metade da década, quando os movimentos do Sudoeste paranaense, Oeste catarinense e Noroeste gaúcho consolidaram uma atuação conjunta, sobretudo por meio das oposições sindicais, ligadas à CUT e ao PT (Favareto, 2006; Bagnara, 2021; Picolotto, 2022; Simonetti, 2023). Entende-se, assim, que já nas eleições de 1996 e 1998 os reflexos desta atuação dos movimentos sociais passaram a ser sentidos na política partidária do município, por meio do fortalecimento do PT.

No âmbito municipal, na eleição de 2000, o PT lançou candidatura à prefeito, atingindo 40% dos votos e garantindo uma cadeira na Câmara de Vereadores. Neste período, o vereador

eleito, que era ligado à agricultura familiar, passou a atuar firmemente no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), conseguindo ampliar exponencialmente o acesso ao PRONAF no município, por meio do fundo de aval. Além disso, a partir desta organização, lideranças do partido fundaram a CRESOL, uma cooperativa solidária de crédito rural, para facilitar o acesso ao PRONAF, e uma Associação Sindical de Agricultores Familiares (ASSINTRAF), composta por lideranças que discordavam da atuação sindical do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) local, buscando uma ação mais propositiva. Alguns anos depois, as lideranças da ASSINTRAF conseguiram expandir sua atuação e se transformar em SINTRAF, sendo o único sindicato da categoria existente no município na atualidade.

A partir disso, na eleição nacional de 2002, quando o PT conquistou a Presidência da República, após três tentativas de Lula, o partido alcançou 60,28% dos votos para a presidência no município, enquanto o PSDB, com José Serra, atingiu 24,47% e o PSB, com Antony Garotinho, 9,95%. No âmbito estadual, após as derrotas de 1998, PMDB e PT se separam, e são organizadas as seguintes coligações: PMDB concorre sozinho; PT se alia com partidos menores; PDT se alia ao PTB, PP e outros partidos pequenos, configurando uma chapa de centro-direita; e uma quarta coligação é formada por PSDB e PFL, firmando uma aliança de direita. No município, para governador, Álvaro Dias (agora pelo PDT) fica em primeiro lugar, com 46,73% dos votos, Roberto Requião (PMDB) em segundo, com 34,87% (saindo vencedor da eleição geral) e Roque Zimmermann (PT) fica em terceiro, com 12,98%. Para Senado, Osmar Dias (PDT) alcança 35,81% dos votos, Flávio Arns (PT) 29,72%, sendo os dois eleitos para o Senado pelo estado. Em terceiro e quarto lugar ficam Paulo Pimentel (PMDB) e Tony Garcia (PPB), com 12,95% e 11,75% dos votos, respectivamente.

No caso da Câmara Federal, começam a aumentar os votos petistas, em lideranças sindicais, tendo sido os quarto e quinto mais votados os petistas Assis do Couto e Vitorassi. Este último, liderança sindical de Foz do Iguaçu, enquanto Assis do Couto se consolidava como importante liderança nos movimentos sociais rurais da região Sudoeste do Paraná, atuando muito próximo da ASSESSOAR. Para a Assembleia Legislativa, Augustinho Zucchi (agora pelo PDT) continua sendo o mais votado, mas, nesta eleição, Luciana Rafagnin alcança 661 votos (12,88% do total), consolidando-se como representante dos movimentos sociais da região, juntamente com Assis do Couto (ambos se elegem).

Percebe-se aqui que o movimento de ampliação da atuação do PT no município, por meio da articulação dos movimentos sociais do campo, promove uma consolidação do partido, que amplia sua importância, atingindo votações relevantes para todos os cargos em disputa. Além disso, destaca-se que, localmente, o PDT deixa de ser um expoente da esquerda,

mantendo sua importância centrada na eleição de uma liderança local para a ALEP, após sua migração do PP para o partido. Na esteira do fortalecimento do partido, em 2004, o grupo petista compõe com o PMDB no município, conquistando a prefeitura municipal e uma vaga na câmara de vereadores. Com uma liderança petista sendo indicada Secretário de Agricultura, o município consegue acessar recursos federais para implementação de projetos de preservação de fontes d'água, organiza uma cooperativa de habitação para o meio rural e outra para o meio urbano, buscando acessar os programas Minha Casa Minha Vida (MCMV) e o PNHR, e cria uma cooperativa de produção para comercialização de produtos para o mercado institucional, por meio de PAA e PNAE.

Destaca-se que o município foi a cidade paranaense que mais construiu habitações, proporcionalmente, e o SINTRAF e a cooperativa de produção seguem ativos até os dias atuais no município, ainda sendo coordenados por lideranças petistas. A CRESOL segue existindo no município, mas deixou de ter atuação na política partidária. Essas foram movimentações locais que influenciaram grandemente os resultados eleitorais do município, inclusive em eleições presidenciais.

4.2 As eleições em Itapejara D'Oeste após o realinhamento do lulismo

Conforme já exposto no trabalho, de acordo com Singer (2012), nas eleições de 2006 foi cristalizado o movimento de realinhamento eleitoral que vinha se desenhando no primeiro mandato petista. Entretanto, no município estudado, não houve reflexos deste realinhamento. Naquela eleição, Lula (PT) continuou sendo o candidato mais votado para presidência (52,56% dos votos), com Geraldo Alckmin (PSDB) em segundo (41,06% dos votos). A nível estadual, se formam duas coligações principais: PT com partidos menores, em uma candidatura de centro-esquerda, e o PMDB com o PTC, PP, PDT e outros partidos pequenos, em uma candidatura de centro-direita. O PSDB não lançou candidato ao governo, apenas para o Senado, de forma avulsa. Como resultado, em Itapejara D'Oeste, Requião (PMDB) novamente é o mais votado e Osmar Dias (PDT) fica em segundo, mas com uma pequena diferença de votos: 46,78% de um lado e 43,68% de outro. O candidato do PT, Flávio Arns, ficou com apenas 8,63% dos votos. Já, para o Senado, Gleisi Hoffman, do PT, é a mais votada (54,71%) seguida de Álvaro Dias (PSDB), com 44,65% dos votos. Naquela eleição, Lula, Roberto Requião e Álvaro Dias se reelegeram para seus mandatos.

Para a Câmara Federal, o partido mais votado é o PFL, com 27% dos votos, tendo como principal votado a liderança patobranquense Alcení Guerra, e o PT mostra evolução interessante, com Assis do Couto e Vitorassi, novamente. Destaca-se que ambos são expoentes

dos movimentos sociais e Assis do Couto foi o relator da Lei 11.426/2006, conhecida como a Lei da Agricultura Familiar, que regulamentou e concedeu centralidade à categoria na proposição de políticas públicas no campo. Já, para a ALEP, Augustinho Zucchi segue sendo o mais votado, mas dividindo a votação pelo seu partido com o empresário de Planalto, outro pequeno município do Sudoeste paranaense, Nelson Luersen. Luciana Rafagnin, por sua vez, amplia a votação, alcançando 1001 votos (17,1% do total), também ligada aos movimentos sociais.

Podemos perceber que, no município em questão, o novo alinhamento eleitoral não teve expressão, mantendo-se o comportamento observado em 2002. Destaca-se que a população preferiu destinar seus votos aos candidatos que já estavam no governo, votando majoritariamente em presidente, governador e senador que concorriam à reeleição. No caso dos cargos proporcionais, foram mais votados políticos locais e, dentro do PT, aqueles ligados a movimentos sociais ampliaram suas votações. Se os resultados das votações majoritárias indicam que o eleitorado estava satisfeito com as políticas públicas que estavam sendo postas em prática, as votações para os cargos proporcionais indicam um reconhecimento ao trabalho dos movimentos sociais e dos políticos locais.

Na eleição de 2010, a preferência pelo PT se amplia ainda mais, atingindo seu ápice no município, ao mesmo tempo em que Lula tinha a maior aprovação da história. Neste contexto, a candidata petista à presidência, Dilma Rousseff, amplia ainda mais a vantagem petista no município, chegando a 64,15% dos votos, contra 28,33% do oponente José Serra, do PSDB. No estado, os partidos se organizam em duas grandes coligações: PT, PMDB, PDT e outros partidos pequenos; e PSDB, PP, PSL, DEM³ (quando o PFL mudou de nome) e outros partidos pequenos. Nesta eleição, pode-se dizer que foi o melhor momento do petismo, quando Lula deixou a presidência da República com recordes de aprovação, após a implementação de uma série de políticas públicas de redistribuição de renda, ampliação do emprego e do consumo (Singer, 2012). Não foi diferente no município estudado, em que Osmar Dias, candidato a governador pelo PDT, atinge 63,02% dos votos, contra 36,31% do oponente Beto Richa (PSDB), que saiu vencedor da eleição e, para o senado, os eleitos Gleisi Hoffmann (PT) e Roberto Requião (PMDB) chegam a 40,33% e 35,51% dos votos, respectivamente, contra 12,97% de Gustavo Fruet (PSDB) e 10,71% de Ricardo Barros (PP).

³ O Partido da Frente Liberal (PFL) mudou de nome e logomarca no ano de 2007, passando a se chamar Democratas (DEM). Em 2011, parte do partido ligado à presidente Dilma Rousseff abre dissidência e cria o Partido Social Democrático (PSD). Os dois partidos seguem em atividade até 2021, quando o DEM se funde com o Partido Social Liberal (PSL), formando o União Brasil.

Para a Câmara Federal, o PV desponta como partido mais votado no município, tendo como expoente a estreante em eleições Leandre, liderança de um município vizinho de Itapejara D'Oeste, mas o PT amplia sua votação, cujo principal votado foi Assis do Couto, autor da Lei da Agricultura Familiar. Para a ALEP, Augustinho Zucchi repete sua grande votação no município, pelo PDT, seguido de Luciana Rafagnin (PT), em sua maior votação, com 1.086 votos no município (17,5%).

A eleição de 2014, em nível nacional, foi marcada pela tragédia que levou à morte do candidato à presidência Eduardo Campos (PSB) e sua substituição pela vice Marina Silva (PSB), o que, dentre outros fatores, fez com que a eleição à presidência fosse a mais concorrida, até aquele momento. Entretanto, em Itapejara D'Oeste, Dilma Rousseff (PT) manteve uma vantagem expressiva, alcançando 54,54% dos votos, seguida de Aécio Neves (PSDB) com 39,79%. Marina Silva, que a nível nacional teve votação expressiva, chegou a 3,96% no município. No estado, novamente há um reordenamento de grupos políticos, da seguinte forma: PMDB se alia ao PPL e PV; PT com PDT e outros partidos pequenos; e PSB se aliou ao PP, PR, DEM e vários outros partidos menores. Desta forma, Beto Richa (PSDB), que também conquistou a reeleição, fez 49,10% dos votos, e Gleisi Hoffmann (PT), que vinha sendo muito bem votada no município em suas eleições anteriores, alcança apenas 27,94% dos votos, mantendo-se à frente de Roberto Requião, que atingiu 22,74%, perdendo grandemente seu poder de votos.

Para a Câmara Federal, o padrão anterior é mantido, com exceção do PT, que vê a votação de Assis do Couto diminuir vertiginosamente. Para a ALEP, desta vez, Augustinho Zucchi (PDT) não foi candidato, por ter sido eleito prefeito da cidade vizinha de Pato Branco em 2012. Sua ampla votação, desta vez, é absorvida por Guto Silva (PSC), um empresário, também da cidade vizinha de Pato Branco, que contou com apoio de Zucchi. O segundo partido mais votado é o PSDB, na esteira do sucesso alcançado pelo então governador, e candidato, Beto Richa (PSDB), tendo como expoentes Ademar Traiano e Paulo Litro, cujas bases se encontram em um município vizinho à Itapejara D'Oeste. No caso do PT, para a ALEP, há uma divisão de votos entre duas lideranças ligadas aos movimentos sociais da região, que são Vanderley Ziger e Luciana Rafagnin, quando nenhum dos dois foi eleito.

Diante desses resultados, percebe-se que os efeitos do advento do lulismo, na disputa presidencial, foram neutralizados no município, onde a esquerda, sobretudo pelo PT, já fazia boas votações desde 1989. Seus efeitos principais foram visualizados nas eleições estaduais e, principalmente, para a Câmara Federal e ALEP, com os candidatos ligados aos movimentos sociais atingindo amplas votações. Todavia, se o lulismo teve efeito apenas nas eleições

proporcionais, ao longo do tempo, o advento do bolsonarismo chegou à política local com mais força, conforme será demonstrado a seguir.

4.3 As eleições em Itapejara D'Oeste após o realinhamento do bolsonarismo

O primeiro ponto a ser destacado na eleição presidencial de 2018 foi o processo de desestruturação pelo qual passou o PSDB, sendo fagocitado pelo bolsonarismo, quando Jair Bolsonaro foi eleito presidente do país. No município de Itapejara D'Oeste, apesar de o PT ter perdido espaço, Fernando Haddad (PT) foi o candidato mais votado, alcançando 42,29% dos votos, seguido por Bolsonaro (PSL), com 38,01%, Ciro Gomes, com 6,68%, e o então senador paranaense Álvaro Dias (Podemos) com 5,01%. No estado, as coligações foram amplas, conformando-se da seguinte forma: PSD se aliou ao PV, PSC, Podemos e outros partidos menores; MDB juntou-se com PDT, Solidariedade e PCdoB; PP se aliou ao PSDB, PSB, DEM e outros menores; PSL se aliou ao Patriota e PTC; e o PT concorreu sem coligação. No município, o candidato a governo mais votado foi Ratinho Junior (PSD), que foi eleito governador, com 60,36% dos votos, seguido de João Arruda (MDB) com 15,46% e Dr. Rosinha com 12,89%. Para o Senado, os mais votados foram os dois eleitos, Oriovisto (Podemos) e Flávio Arns (Rede), com 29,48% e 27,67% dos votos. Eles foram seguidos por Roberto Requião, com 20,25% dos votos, e Mirian Gonçalves (PT), com 10,44%.

Para a Câmara Federal, a candidata Leandre manteve sua votação, e o PT manteve um bom desempenho pela ampla votação de Gleisi Hoffmann no município. Vários outros partidos fizeram votos no município, mas nenhum com um candidato que tenha se sobressaído. Destaca-se que, nesta eleição, Assis do Couto migrou para o PDT e viu sua votação cair drasticamente. Para a ALEP, o partido mais votado foi o PSD, com 1.418 votos (24,61% do total), mas nenhum candidato fez mais do que 300 votos. Em seguida ficou o PSC, com a votação novamente ampla de Guto Silva; o terceiro foi o PT, com 652 votos (11,31% do total), sobretudo pelos votos conquistados por Luciana Rafagnin; e o quarto, o PSDB, com 643 votos (11,16% do total), pelos votos, principalmente, de Ademar Traiano.

Destaca-se assim que, na eleição de 2018, o município não seguiu o padrão nacional, que foi o grande destaque do PSL como partido mais votado. Entretanto, se o PT manteve uma boa margem de votos para a presidência, viu seus votos diminuírem muito para outros cargos. No caso do governo do estado e do senado, perdeu espaço para partidos com atuação tímida até então, mas muito bem articulados no interior do estado. Outro dado interessante nas votações para a Câmara Federal e ALEP é que, com exceção do candidato mais votado para cada cargo ter sido um expoente da política regional, houve uma grande pulverização nos votos, com

muitos candidatos e muitos partidos conquistando votos no município, mesmo sem ligação direta com a dinâmica política local.

Na eleição de 2022, a mais acirrada na história do Brasil, no município de Itapejara D'Oeste, para a presidência, o candidato mais votado continuou sendo do PT, com Lula alcançando 51,38% dos votos, enquanto Bolsonaro (PL) conquistou 44,12%. A nível estadual, com a mudança de partido do grupo político ligado a Roberto Requião para o PT, os partidos se reorganizaram, com o PT concorrendo apenas com os federados PV e PCdoB; PDT concorrendo sozinho; e uma grande coligação composta por PSD, PP, MDB, PL e vários outros partidos menores, que lançaram uma candidatura para governo estadual e várias chapas para o senado. No município, o governador, que se reelegeu, Ratinho Júnior (PSD) alcançou 57,39% dos votos, seguido por Roberto Requião (PT) com 39,94%, este que contou com uma junção do seu antigo capital político e mais o capital político petista. Para o Senado, o candidato mais votado foi Paulo Martins (PL), com 30,34% dos votos, seguido por Álvaro Dias (Podemos), com 27,86%, Sérgio Moro (UB), que foi o senador eleito, com 21,78% dos votos e, em quarto lugar, ficou Rosane Ferreira (PV), com 16,48% dos votos. No caso do Senado, percebe-se que o campo progressista não conseguiu retomar o capital político, como ocorreu no caso do governo do estado.

Para a Câmara Federal, o partido mais votado foi o PP, tendo como expoente Coronel Zocchi, ligado à Polícia Militar do município vizinho de Pato Branco. Em segundo lugar, ficou o PSD, cuja deputada mais votada foi Leandre, que migrou do PV para este partido, mas perdeu mais de dois mil votos, possivelmente por não ter assumido o bolsonarismo, embora tenha trocado de partido. O terceiro partido mais votado foi o PT, com as votações consideráveis de Zeca Dirceu e Gleisi Hoffmann, nenhum deles com ligação direta com a política local, mas dois nomes nacionalizados do partido. Em seguida, ficou o PL, com grande votação de Vermelho, empresário ligado ao Bolsonarismo, cuja base estava concentrada no município vizinho de Francisco Beltrão.

No caso da ALEP, novamente o PSD foi o partido mais votado, alcançando 41,20% do total de votos, tendo sido concentrados pelo candidato Ademar Traiano, que já vinha fazendo boas votações no município, mas que migrou do PSDB para o PSD, grupo político do governador que concorria à reeleição. EM seguida, ficou o PT, com 16,59% dos votos, cuja votação de Luciana Rafagnin se ampliou consideravelmente em relação à eleição de 2018. Destaca-se ainda que, repetindo 2018, tanto para a Câmara Federal quanto para a ALEP, muitos candidatos e partidos fizeram votos, consolidando a tendência de que a disputa eleitoral para cargos legislativos deixou de ter um caráter local e passou a ser influenciada pelo debate político

nacional, cujos candidatos conseguem ampliar suas campanhas, principalmente, por meio das redes sociais.

Ainda no contexto de ascensão do bolsonarismo, destaca-se que, desde 2004, o PT sempre conseguiu compor com outros grupos políticos para as eleições municipais, mantendo peso relevante no município. Segundo uma liderança local, independentemente do grupo político que saísse vitorioso da eleição, o partido sempre foi consultado e conseguia indicar o nome para chefiar a secretaria de agricultura do município, dada a força que os movimentos sociais locais, ligados ao partido, detinham, sobretudo sua ligação com lideranças políticas na ALEP e Câmara Federal. Entretanto, em 2024, o partido compôs apenas com pequenos partidos para concorrer à prefeitura. Sendo cabeça de chapa, pela primeira vez desde o ano de 2000, atingiu apenas 39% dos votos, contra 61% do candidato do PSD, que estava coligado com o PL. Diante deste resultado, foi a primeira vez que o partido não participou da negociação para indicação para secretaria de agricultura.

5. Considerações finais

Diante dos dados analisados neste trabalho, percebe-se que, embora tenha se manifestado no município, o realinhamento eleitoral proveniente do lulismo não apresentou tantos efeitos quanto o realinhamento do bolsonarismo.

Percebeu-se que, durante as eleições de 1989 e 1994, com a retomada democrática, a divisão partidária e consequente identificação estava ainda bagunçada, tomando forma apenas a partir da eleição de 1998. Acredita-se que isso foi decorrente da organização do PT localmente, para concorrer às eleições municipais de 1996, e ad sua organização para acesso às políticas públicas para a agricultura familiar, que teve início após a criação do PRONAF, e se expandiu após a criação das políticas públicas específicas para a agricultura familiar, durante os governos petistas. Diante disso, podemos afirmar que o alinhamento partidário do lulismo, em Itapejara D'Oeste, teve início em 2002, quando, a partir da articulação dos movimentos sociais que se iniciou já no final dos anos 1990, os pequenos agricultores passaram a se organizar no partido político e em organizações sociais para reivindicação e acesso às políticas públicas.

Assim, a partir de 2006, o partido mantém seu patamar de votação para as eleições presidenciais e passa a crescer gradativamente para os cargos de governo estadual, senado e nas eleições proporcionais. Esse crescimento tem fim na eleição de 2014, quando se inicia o reordenamento da política nacional em torno das novas direitas, que se consolidou no bolsonarismo em 2018. Neste período, mesmo com o candidato petista sendo o mais votado

para a presidência da república, percebe-se uma queda nos resultados do partido para todos os outros cargos, evidenciando uma perda de força do petismo no município.

Além disso, enquanto, historicamente, os candidatos mais votados para a Câmara Federal e ALEP, apesar de serem provenientes de diferentes partidos, eram lideranças locais, a partir de 2018 se amplia enormemente o número de candidatos e partidos fazendo votos para estes cargos. Além disso, o bolsonarismo também cresceu, tomando o espaço de candidaturas ligadas a partidos de centro, polarizando também as disputas proporcionais com candidatos petistas. Isso evidencia um caráter de nacionalização de uma disputa que antes se dava no âmbito local. Acreditamos que isso se deve, sobretudo, a dois motivos. Um deles é a centralidade que as redes sociais ganharam nas disputas eleitorais, em que candidatos e eleitores de qualquer lugar do estado – ou do país – conseguem se comunicar com eleitores. Outro motivo é que, enquanto o realinhamento do lulismo se deu por questões de acesso a políticas públicas, com consequente melhoria de renda e qualidade de vida, o realinhamento do bolsonarismo se deu em torno de uma questão de posicionamentos morais e ideológicos, afetando de forma profunda cidades pequenas, principalmente de regiões interioranas, onde a população tende a seguir valores morais conservadores, evidenciando que o bolsonarismo possui mais habilidade de se comunicar com este público.

Destarte, destaca-se que este artigo consiste em um trabalho preliminar, resultante de uma pesquisa baseada em dados eleitorais e observação participante dos processos eleitorais do município. Para uma análise mais profunda, seria importante a realização de entrevistas estruturadas específicas sobre este tema com amostras de população, entrevistas com lideranças políticas locais de grupos políticos diversos. Também poderão ser empregadas, futuramente, outras metodologias, como a realização de grupos focais.

Referências

BAGNARA, Alcemir Antonio. **Enquadramentos interpretativos da FETRAF e as mudanças da atuação sindical na relação com Estado, políticas públicas e base social.** 2021. 136 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Quem são os deputados.* Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao>. Acesso em: 31 mar. 2026.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, Trabalhadores os Trinta Anos do Novo Sindicalismo Rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 62, p. 27-44, out. 2006.

GEOGRAFIA DO VOTO. *Resultados por município.* Disponível em: <https://geografiadovoto.com/resultados/municipio/>. Acesso em: 31 mar. 2026.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 1, p. S125-S146, 2014.

HEREDIA, Beatriz M. A. de. PALMEIRA, Moacir. O Voto Como Adesão. **Teoria e Cultura**. Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 35 – 58, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA: Brasil (PIM-PF – Produção Física Industrial)*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfbr/brasil>. Acesso em: 6 abr. 2026.

NOBRE, Marcos. **Limites da democracia**: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2022.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **A Formação da Agricultura Familiar no país da grande lavoura**: as mãos que alimentam a nação. Curitiba: Editora Appris, 2022. 387p.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Raiva, sonhos e insubordinação: como a extrema direita e as mídias digitais mobilizam a classe trabalhadora plataformizada. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 31, n. 73, e730601, set./dez. 2025.

SIMONETTI, André Luiz. **O papel do sindicalismo da agricultura familiar no acesso às políticas públicas de desenvolvimento rural**. 2023. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

SINGER, André. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2012-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *SIG Eleição – Resultados – Estatísticas eleitorais*. SIG – Estatísticas Eleitorais do TSE, [s.d.]. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/filtros?p100_current_page=25&session=217382880398227>. Acesso em: 15 mar. 2026.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil). *Divulgação de candidaturas e contas eleitorais* (DivulgaCandContas). Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/home>. Acesso em: 31 mar. 2026.